

Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco

Filipe Augusto Xavier Lima¹
Letícia Paludo Vargas²
Gerlúcio Moura Bezerra de Souza³
Tito Antonio Ferraz Jota⁴
José Geraldo Wizniewsky⁵

Resumo: Com o objetivo de conhecer as estratégias de comunicação e mobilização social que vem sendo desenvolvidas no meio rural, este artigo descreve e caracteriza a experiência do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto aos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, no Sertão de Pernambuco, particularizando as suas atividades de assistência técnica e extensão rural (Ater) realizadas entre os anos de 2008 e 2011. A partir de uma metodologia de base qualitativa, foi possível elencar algumas ações e resultados construídos a partir da relação entre extensão rural, comunicação e mobilização social. Por esse meio, constatou-se que ocorreu uma aproximação entre a instituição e os agricultores familiares, além de uma maior divulgação e acessibilidade aos projetos governamentais e políticas públicas voltadas ao meio rural, proporcionando significativos avanços sociais, econômicos e ambientais para agricultores familiares do município em questão.

Palavras-chaves: agropecuária, assistência técnica, estratégias.

ABSTRACT: Aiming to meet the strategies of communication and social mobilization that have been developed in rural areas, this article describes and characterizes the experience of the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA) with family farmers in the municipality of Santa Cruz da Baixa Verde, in the Pernambuco, specially about the activities of technical assistance and rural extension (Ater) performed between 2008 and 2011. From a basic qualitative methodology was possible to list some actions and results produced from the relationship between extension, communication and social mobilization. By this means, it was found that there was a rapprochement between the institution and family farmers, and greater awareness and accessibility to government projects and public policies aimed at rural areas, providing significant advances social, economic and environmental issues for family farmers in the municipality in question.

Keywords: agriculture, technical assistance, strategies.

¹ Engenheiro Agrônomo e Licenciado em Ciências Agrícolas, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Zootecnista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Engenheiro Agrônomo, Extensionista Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco.

⁴ Geógrafo, Supervisor Regional de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco/ Gerência Serra Talhada

⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1. INTRODUÇÃO

As atividades de assistência técnica e extensão rural (Ater) têm um papel fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuária e as populações rurais, contribuindo ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento rural. No Brasil, as ações de extensão rural, de forma institucionalizada, estão presentes desde o final da década de 40, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (Acar-MG), e sempre foram movidas pela ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas.

Atualmente, a extensão rural está pautada em modelos de comunicação com os enfoques dialógico e participativo, objetivando a participação dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural, diferentemente do que ocorria na abordagem difusionista trabalhada nos primórdios da extensão rural brasileira. A mudança do processo de difusão para a comunicação participativa vem ocorrendo de forma acentuada nos últimos anos, permitindo uma maior participação do produtor rural e da sua família no que se refere às decisões tomadas no âmbito de sua unidade produtiva e sobre a sua dinâmica organizacional, além de gerar a troca de experiências entre agricultores e extensionistas.

A comunicação, na relação técnico/agricultor, pode transformar-se num importante instrumento, na medida em que permite o contato direto entre as partes envolvidas e uma melhor compreensão acerca das atividades a serem desenvolvidas nas propriedades agrícolas e no meio rural como um todo. Isso porque, a comunicação, através de suas metodologias de trabalho, influencia diretamente no processo de mobilização social dos atores pertencentes ao meio rural, permitindo ainda, a criação e o fortalecimento de vínculos entre os participantes e os promotores dos projetos de mobilização e de desenvolvimento rural.

O poder de alcance das estratégias de comunicação e mobilização social no meio rural, bem como os principais resultados obtidos por tais estratégias, teve como referência empírica, no presente trabalho, a atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto aos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, no Estado de Pernambuco. É importante destacar, que este município conta com a maior parte de sua população inserida no meio rural, destacando-se, assim, a agropecuária como a principal atividade econômica do município.

Assim, foram estabelecidas duas perguntas norteadoras para a descrição empírica da pesquisa: Quais as estratégias de comunicação e mobilização social utilizadas pelas instituições que prestam serviços de Ater junto aos agricultores familiares? Que ações e resultados podem ser construídos a partir dessas estratégias?

Dessa forma, a presente pesquisa teve como principal objetivo conhecer as estratégias de comunicação e mobilização social no meio rural, desenvolvidas pelo IPA, junto aos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde. Procurou-se também, descrever e caracterizar as principais ações do IPA, no âmbito dos serviços de Ater, realizadas durante o período de 2008 a 2011.

Nesse sentido, a importância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para uma melhor compreensão da relação entre extensão rural, comunicação e mobilização social, e como as estratégias direcionadas para o fortalecimento dessa relação estão sendo incorporadas pelas instituições que prestam os serviços de Ater, ou ainda, como esse processo vem sendo assimilado tanto pelos extensionistas, como pelos agricultores familiares.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O modelo de extensão inicialmente implantado no País era baseado nos resultados das experiências norte-americanas, e ficou conhecido como “modelo clássico,” na medida em que se limitava a transmitir aquele conhecimento gerado pelos centros de pesquisa às populações rurais. Foi característica marcante desse primeiro momento a ideia de que era necessário informar e persuadir os agricultores para adoção de novas práticas agrícolas que pudessem aumentar sua produção. Para tanto, a comunicação seria o meio pelo qual os agricultores entrariam em contato com as novas tecnologias, ocasionando, em consequência, uma mudança tecnológica permanente na vida desses agricultores (FONSECA, 1985, p.40).

No entanto, como destacado por Bordenave (1983, p.8), a comunicação rural não é um processo unidirecional. Trata-se, para este autor, de um processo mais amplo do que a informação agrícola e a própria extensão rural, visto que a sociedade rural é composta por diversos atores sociais, entre os quais existem inúmeros e dinâmicos fluxos de comunicação. É através desses

fluxos, inclusive, que os problemas comuns no meio rural são identificados e resolvidos pela população rural, muitas vezes sem intervenção nenhuma do governo (BORDENAVE, 1983).

Com efeito, o modelo clássico da Extensão Rural não logrou os resultados esperados, sendo necessária uma urgente adaptação do modelo extensionista americano à realidade dos países subdesenvolvidos, dos quais o Brasil fazia parte (FONSECA, 1985, p.41). O responsável por essa adequação foi Everett M. Rogers, produzindo o modelo difusionista-inovador, que, segundo Fonseca (1985, p.42), nada trouxe de novo se comparado ao primeiro modelo, a não ser o conceito de “capacidade individual para inovar,” que para ele “seria um processo mental (cujas funções são: conhecer, persuadir, decidir e confirmar) que o indivíduo passa desde o momento em que recebe a notícia de inovação até a decisão de adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois sua resolução” (ROGERS, S.d. apud FONSECA, 1985, p.44).

No âmbito do desenvolvimento rural, a proposta de Rogers foi bastante empregada pelos governos das regiões consideradas subdesenvolvidas, em convênios com agências extensionistas americanas, pois trazia implícita a ideia de que a adoção de técnicas modernas de produção traria melhoria nas condições de vida das comunidades rurais envolvidas (FONSECA, 1985). Moreira (2007) descreve em síntese o que significou as ações de extensão rural realizadas a partir dos modelos clássico e difusionista-inovador.

As instituições de extensão rural e a formação de extensionistas do pós-II Guerra Mundial, por exemplo, inspiradas e incentivadas pela influência dos EUA na dinâmica do ocidente foram projetadas para levar o conhecimento técnico científico e a lógica dos mercados ao mundo rural, tecnificando os processos produtivos e civilizando culturas tidas como atrasadas (MOREIRA, 2007, p.74).

Nesse sentido, dentro da lógica a favor do progresso das populações rurais, Moreira (2007, p.74) afirma que o sistema de extensão rural, implantado nas regiões subdesenvolvidas, idealizava a missão do extensionista rural como uma missão transformadora e modernizante. Isso porque, a ideologia da modernização associada à missão extensionista, “apoiava-se na crença da superioridade do pensamento científico, na neutralidade da ciência e que o progresso técnico significava necessariamente um processo civilizatório superior” (MOREIRA, 2007).

A partir da superioridade de saberes e da abordagem unidirecional identificada na prática extensionista, diversas discussões surgiram no meio acadêmico, uma vez que o

extensionismo americano praticado no Brasil e em muitos outros lugares não atendia aos anseios de desenvolvimento das populações rurais (CALLOU, 2007). Tal perspectiva verticalizada e autoritária teve como principal expoente Paulo Freire, através de sua obra *Extensão ou Comunicação?* (2002). Nela, ele propõe, inclusive, a troca do termo extensão por comunicação, como forma de garantir processos dialógicos e participativos entre técnicos e agricultores ou, como costumava dizer, entre educadores e educandos, num processo contínuo de realimentação pedagógica (PIRES, 2005, p.54). Callou (2007) considera que esse foi o momento de ruptura dos antigos modelos de extensão rural, pois, a partir da contribuição de Paulo Freire, a extensão passa a assumir a perspectiva de educação dialógica e comunicação.⁶

No ano de 2003, as atribuições referentes aos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando a ser coordenadas pela sua Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (BRASIL, 2004). A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) “nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo (BRASIL, 2004).” Tal fato significou o reconhecimento da necessidade da reconstrução dos serviços de Ater no País, agora de forma democrática e participativa, capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rurais sustentáveis voltadas para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros (BRASIL, 2004).

Assim, diferentemente dos outros modelos de extensão rural adotados no País, a nova Política de Ater passa a ser reconhecida, segundo Caporal (2008), como um importante instrumento na busca de inclusão social dos setores mais desfavorecidos do meio rural, o que conseqüentemente também exigiria uma mudança de postura por parte dos extensionistas. Para o autor, a extensão rural passa a ser vista “como um processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação e organização dos agricultores familiares” destacando ainda a importância de apoiar uma transição do modelo atual de desenvolvimento rural para agriculturas mais sustentáveis, conforme destacado na Pnater (CAPORAL, 2008, p.5).

⁶Callou (2007) chama a atenção que a teoria formulada por Paulo Freire ganhou destaque entre os pesquisadores, especialmente no campo da Comunicação, os quais se esforçaram para firmar o significado educativo-comunicacional da extensão rural, diante da consolidada teoria difusionista.

Ainda a respeito da evolução das práticas da extensão rural no Brasil, Thornton (2006) realizou uma importante análise sobre as instituições estaduais que prestam serviços de Ater no País, destacando suas principais características e objetivos. O autor argumenta ainda que, as práticas de intervenção desenvolvidas no meio rural brasileiro, de uma maneira geral, priorizam uma vinculação com o agricultor familiar, buscando principalmente, a sua inserção em cadeias produtivas locais. Para tanto, se faz necessário toda uma estrutura de comunicação institucional para o desenvolvimento das comunidades rurais atendidas pelos serviços públicos de Ater, de forma planejada e gerida adequadamente (THORNTON, 2006).

Com efeito, a relação entre educação, informação e comunicação almejada pela Pnater passou a ganhar legitimidade entre as instituições estaduais nos últimos anos. Isso porque, conforme evidenciado por Thornton (2006), somente “informar não é suficiente para comunicar”, ou seja, faz-se necessário a construção de uma comunicação educativa, de caráter tanto informativo quanto educativo, capaz de articular extensionistas, as famílias rurais e a sociedade em geral. Desse modo, diversas instituições de Ater vêm recorrendo cada vez mais em suas práticas de intervenção, a estratégias e ações de comunicação e mobilização social, ao uso do rádio, da televisão, do jornal, de folhetos e impressos, de vídeos, da internet, de exposições em feiras agropecuárias e realização de eventos (THORNTON, 2006).

Para Henriques (2002), as estratégias comunicativas voltadas a projetos de mobilização social têm como principal objetivo gerar e manter vínculos entre os públicos e o seu movimento, construindo assim, uma co-responsabilidade, dependendo ainda de outros fatores para que a experiência possa se tornar exitosa, tais como, a capacidade de difundir informações, de promover a coletivização dos sujeitos, de registrar a memória e de fornecer elementos de identificação com a causa e o projeto. A comunicação no processo de mobilização deve ser dialógica, libertadora e educativa, passando a englobar “iniciativas descentralizadas, distintas de uma comunicação manipulada, autoritária, unidirecional e paternalista” (HENRIQUES, 2002), tão presente nos modelos clássico e difusionista da Extensão Rural.

De forma semelhante, Mafra (2006) afirma que a comunicação estratégica, trabalhada em projetos de mobilização, é aquela capaz de criar e constituir processos comunicacionais de uma forma premeditada e planejada, ou seja, não surgem de forma espontânea em determinados espaços. Diz ele:

A necessidade de pensar a comunicação de forma estratégica veio em decorrência da emergência de uma sociedade moderna, com consolidação dos regimes políticos democráticos, com a formação de uma determinada opinião pública e com uma preocupação, imposta a inúmeras instituições, de estabelecer uma atividade que cuidasse especificamente da relação dessas instituições com públicos a ela vinculados direta ou indiretamente (MAFRA, 2006, p.42).

Entretanto, Henriques (2002) adverte que, para as estratégias comunicativas lograrem os resultados esperados dentro dos projetos de mobilização social, os canais comunicacionais devem estar desobstruídos entre públicos e projetos, proporcionando um encontro de interlocutores e, fortalecendo, por conseguinte, os vínculos entre os mesmos. “Planejar a comunicação de forma estratégica torna-se, então, fundamental, no sentido de promover esses vínculos entre os públicos e os projetos de mobilização social” (MAFRA, 2006). Além disso, devem ser criadas condições favoráveis que permitam a participação dos atores sociais envolvidos, mantendo-os engajados em suas causas, o que requer metodologias de trabalho organizadas por parte daqueles que promovem os projetos.

3. MATERIAL E MÉTODOS

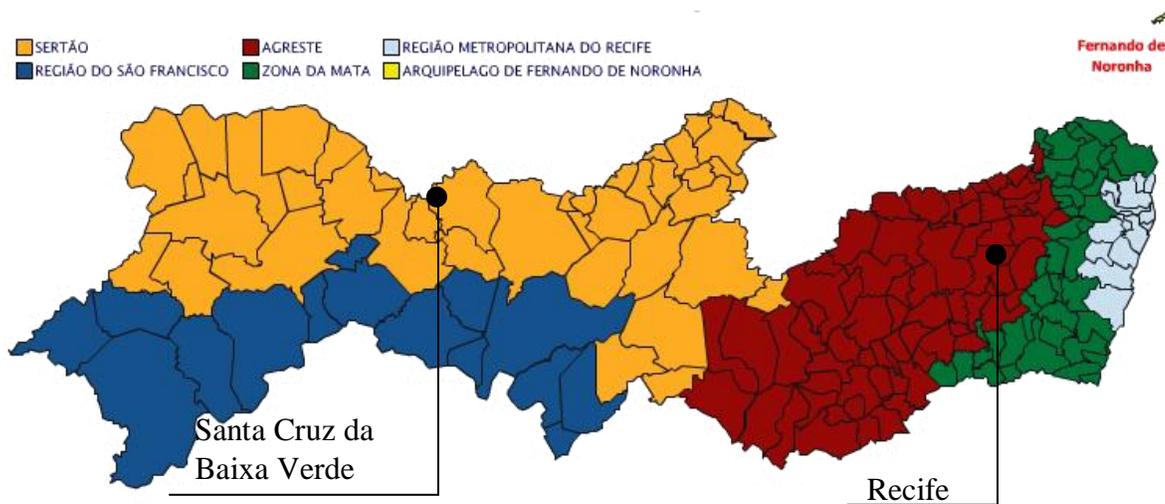
A partir de uma metodologia de base qualitativa, as questões levantadas foram descritas tendo como referência a atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto aos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, no âmbito dos seus serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), realizados durante o período de 2008 a 2011. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, tendo como fontes relatórios do próprio IPA, no intuito de conhecer as suas ações de extensão rural no período delimitado nessa pesquisa.

Uma das principais características apontadas pela literatura a respeito da abordagem sobre os documentos, é que nesse método, perguntas predeterminadas não são direcionadas para as fontes, mas o material pesquisado é que conduz a pesquisa (DUFFY, 2008). Ainda no plano metodológico, Kelly (S.d. apud CELLARD, 2010) considera que a análise documental pode ser de suma importância em uma pesquisa, principalmente por se tratar de um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer tipo de influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. O documento também permite acrescentar a dimensão

do tempo à compreensão do social (CELLARD, 2010), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação, ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2010). Deste modo, foi a partir da referida pesquisa documental dos relatórios do IPA, que se buscou conhecer, descrever e caracterizar as estratégias de comunicação e mobilização social desenvolvida pelo instituto junto aos agricultores familiares.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Santa Cruz da Baixa Verde está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano e na microrregião do Pajeú, porção norte do Estado de Pernambuco. Seu acesso é efetuado pela rodovia federal BR-232 que integra o Recife a Parnamirim. Partindo-se da capital, percorre-se cerca de 515 Km nesta rodovia até atingir o município de Serra Talhada. A partir daí, toma-se a PE-365 e se percorre mais 33 km até chegar a Santa Cruz da Baixa Verde (BRASIL, 2005) (Figura 1).



Fonte: IPA, 2011.

Figura 1 – Mapa do Estado de Pernambuco

Santa Cruz da Baixa Verde apresenta, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, uma população total residente de 11.769 habitantes, dos quais 5.277 habitam a zona urbana e 6.492 a área rural. O que representa, por conseguinte, um contingente de 55% de sua população inserida no meio rural.

Vale ressaltar que, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o município de Santa Cruz da Baixa Verde possui 1.329 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 6.318 hectares. Ao mesmo tempo, os dados revelam que existem 138 estabelecimentos não familiares no município, ocupando 15.407 hectares. Sua área rural apresenta uma atividade agrícola muito diversificada, onde se destaca a criação de aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

Com relação ao plantio, destacam-se a produção de milho, feijão, tomate, mandioca, banana, goiaba, laranja e café. Entretanto, é possível reconhecer que a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a capital da rapadura, dado o seu desempenho produtivo no fabrico desse produto. A produção de cana vem aumentando cada vez mais a sua importância, com a geração anual de cerca de 800 mil reais e uma quantidade produzida de 20 mil toneladas no Estado de Pernambuco, trazendo melhoria na qualidade e renda da população local (IBGE, 2010).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O escritório municipal do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que é o órgão oficial de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Estado, foi aberto no município de Santa Cruz da Baixa Verde no ano de 2008 e conta com um extensionista rural, possuindo o cadastro de 729 famílias de agricultores. Dentre os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) desenvolvidos no município, as principais atividades estão relacionadas à realização de técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação dos recursos das propriedades, transformação da produção, comercialização, liberação de créditos, apoio institucional a organizações de agricultores, elaboração de projetos, saúde, atividades não agrícolas, entre outras.

Devido ao escritório contar apenas com um extensionista rural para atender os agricultores, existe dificuldade desse profissional para atender de forma regular o contingente de agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, diante de um grande universo de famílias. Um modo encontrado para minimizar a falta de regularidade das visitas junto aos agricultores foi a realização de atividades coletivas, expressas em dias de campo, reuniões, treinamentos e realização de eventos especiais. Com menos frequência, também ocorrem visitas individuais junto aos agricultores, sendo que estas são realizadas apenas para coleta de material nas propriedades, como amostragem para análises.

Sobre as estratégias de comunicação e mobilização utilizadas pelo extensionista para atingir um maior número possível de agricultores nas atividades de extensão rural, inicialmente foram estabelecidos contatos orais com as lideranças locais das comunidades rurais do município, para que estas lideranças, com seu poder de articulação junto aos outros agricultores, pudessem contribuir para a dinâmica da mobilização. Além disso, outras estratégias utilizadas por diversas instituições de Ater no País também são encontradas nas práticas do escritório do IPA de Santa Cruz da Baixa Verde, como por exemplo, o uso da rádio local para divulgar informações sobre temas variados, a elaboração de folders e convites impressos para mobilizar os agricultores a participarem de feiras agropecuárias regionais e a exposição de produtos das atividades não agrícolas em eventos.

Os recursos midiáticos utilizados pelo IPA são diversos e dependem do tipo e da finalidade de cada evento. Por exemplo, materiais como banners e folhetos, vêm sendo utilizados para incentivar e estimular a participação dos agricultores no âmbito de suas próprias atividades produtivas. Geralmente, banners de eventos anteriores são reaproveitados em novos eventos, no intuito de divulgar as experiências de outros agricultores, através das imagens.

As imagens mais frequentes contidas nos banners estão relacionadas a distintas temáticas, tais como: atividades não agrícolas; a valorização do trabalho das mulheres; o artesanato no meio rural; produção e comercialização agroecológica; e a Feira da Rapadura (o evento é considerado um dos mais importantes da região, fazendo com que o município de Santa Cruz da Baixa Verde seja conhecido como a capital da rapadura, como já sublinhado neste trabalho). Também são utilizados banners advindos de outras regiões, com o objetivo de socializar o conhecimento sobre outras realidades a respeito da bovinocultura e da caprinocultura.

Ainda sobre a utilização de imagens pelo IPA, como estratégia de comunicação e mobilização, merece destaque a construção de um mural/ painel de fotos elaborado com imagens dos próprios agricultores, onde eles se observam nas suas práticas cotidianas desenvolvendo atividades produtivas, estando inseridos como parte do processo de mobilização, caracterizado pelo protagonismo atribuído à agricultura familiar nos últimos anos.

Cabe ressaltar ainda que a questão da saúde também vem sendo destacada nas pautas do IPA, particularizando o tema do alcoolismo no meio rural e a sua relação com os acidentes de trânsito. Com efeito, palestras e seminários são apresentados para as comunidades do município, com a utilização de recursos, como o data show e com mostras de vídeos retirados da *internet*.

A partir da descrição das estratégias de comunicação e mobilização desenvolvidas pelo IPA, no período entre 2008 e 2011, algumas ações⁷ merecem ser destacadas neste trabalho, tais como:

1) O projeto de revitalização da cana-de-açúcar, que foi iniciado em 2008, tendo como principal objetivo atender a demanda dos agricultores familiares dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de Triunfo diante da baixa produtividade das variedades de cana-de-açúcar utilizadas na produção de rapadura da região. Foram implantadas quatro novas variedades que aumentaram a produtividade em 60t/ha e a produção da rapadura em 30%;

2) Ciclo de palestras sobre os impactos do alcoolismo na família, abordando os danos físicos, psicológicos e sociais que o álcool ocasiona na vida do dependente e de sua família. As palestras tiveram como público alvo jovens e adultos de 2 escolas estaduais e 5 comunidades rurais, totalizando 302 participantes;

3) Treinamento em poda na fruticultura, direcionado a agricultores inseridos no processo de transição agroecológica, como alternativa de aumentar a produtividade nas principais culturas da região, englobando 4 comunidades e 120 famílias participantes;

4) Treinamento em horta familiar, visando a segurança e soberania alimentar, ressaltando a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos, em 6 comunidades, totalizando 87 famílias participantes, merecendo destaque a participação do grupo de mulheres que produzem hortaliças e comercializam na feira agroecológica do município;

⁷ Os dados foram extraídos a partir da pesquisa documental realizada sobre os relatórios e materiais do IPA.

5) Oficina de aproveitamento integral dos alimentos para um grupo de mulheres que participaram do treinamento em horta familiar. Esse grupo de mulheres, além de inserirem os conhecimentos construídos em seus hábitos alimentares, promoveram oficinas com a mesma temática para 2 grupos de mulheres e para os responsáveis pela merenda escolar de escolas municipais da região;

6) Apoio e incentivo à realização das atividades não agrícolas, por meio do levantamento e mobilização dos grupos que produzem artesanato, divulgando seu trabalho na *internet*, em feiras e exposições (Feira da Rapadura, IPA portas abertas, Exposição de animais em Recife);

7) Participação na Feira da Rapadura, que é um evento tradicional baseado na principal atividade econômica do município, com *stand* expondo as ações de Extensão Rural, divulgando o trabalho das agricultoras assistidas pelo escritório local, as políticas públicas, promovendo uma palestra sobre a segurança alimentar com 48 participantes e seminários sobre meio ambiente e Ater na agricultura familiar, para um público de 85 pessoas.

8) Ações desenvolvidas em parceria com a pesquisa: implantação e acompanhamento de novas variedades de cana-de-açúcar, palestras sobre manejo e conservação do solo, recursos forrageiros adequados ao Semiárido, instalação e acompanhamento de 2 unidades de irrigação por gotejamento em áreas das famílias participantes da feira agroecológica;

9) Realização de cursos visando o protagonismo juvenil na região, abordando os temas da água, agricultura e pecuária, em forma modular para 21 jovens agricultores familiares;

10) Realização da Semana do Meio Ambiente, com o objetivo de ressaltar a relação harmoniosa entre homem e meio ambiente na construção do desenvolvimento sustentável, tendo como base as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares do município. As duas edições desse evento (2010 e 2011), juntas, mobilizaram um total de 567 agricultores, onde foram realizadas as seguintes atividades: dia especial para a fruticultura, curso de manejo e conservação do solo, palestras sobre a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), associativismo, revitalização da cana-de-açúcar, doenças infecciosas na pecuária leiteira, oficina sobre segurança alimentar, treinamento em horta familiar, além de palestra sobre a Agroecologia;

11) Assistência Técnica exclusiva para 70 famílias que cultivam 90ha de mamona para a produção do biodiesel, desde o preparo até a comercialização e;

12) Assistência Técnica e elaboração de propostas de crédito qualificado nas atividades: cana-de-açúcar (produção de rapadura), bovinocultura de leite, caprinovinocultura e atividades não agrícolas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica e a atuação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto aos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde nos levam a considerar que a relação entre extensão rural, comunicação e mobilização social requer estratégias específicas para cada atividade de assistência técnica e extensão rural (Ater) realizada pelo instituto, pois cada prática e evento possuem características próprias e objetivos variados. Além disso, por muitas vezes, as atividades são direcionadas para públicos específicos (jovens, mulheres, agricultores de base ecológica, etc.), o que conseqüentemente, requer o uso de estratégias comunicacionais diferenciadas para os beneficiados.

A partir das estratégias comunicacionais utilizadas junto aos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, particularmente aquelas que tinham como principal objetivo mobilizar um maior número de produtores para a realização de ações coletivas, percebeu-se que, de uma maneira geral, os objetivos foram cumpridos, pois mesmo com o trabalho de apenas um extensionista rural, foi possível reconhecer que a participação dos agricultores nas diversas atividades ocorreu de forma intensa. Essas atividades foram desenvolvidas em diferentes áreas, como por exemplo, na educação, na saúde e na produção agrícola, o que permitiu, por conseguinte, a participação de diversos grupos de jovens, adultos, e mulheres (sejam eles agricultores ou não).

Além disso, as estratégias de comunicação abordadas foram distintas e procuraram atender a heterogeneidade de seus públicos específicos. Primeiramente, cabe ressaltar a importância do contato direto com as lideranças locais da comunidade, a fim de facilitar a comunicação e o desenvolvimento das atividades a serem realizadas pelo extensionista junto aos demais agricultores. Isso porque, na relação técnico/agricultor, o papel do líder local pode ser de fundamental importância para o sucesso ou insucesso das ações a serem desenvolvidas na comunidade rural, pois, ao mesmo tempo em que passam certa “segurança” aos

extensionistas para se trabalhar junto aos agricultores, pode influenciar também, na participação de forma mais ativa dos agricultores nas atividades propostas. A respeito dos recursos midiáticos utilizados pelo IPA em Santa Cruz da Baixa Verde, percebeu-se que, o rádio se destaca como um instrumento essencial para a mobilização da comunidade rural para a realização das atividades e serviços de Ater. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar a importância de outros recursos para os mesmos fins, como convites impressos, banners e folhetos para a divulgação de atividades ou conhecimento de novas técnicas produtivas, através da imagem.

Dessa forma, observou-se na pesquisa, que no período de 2008 até 2011, O IPA buscou uma aproximação entre a instituição e os agricultores familiares, criando espaços plurais para a realização e fortalecimento de seus serviços de Ater, na medida em que incorporou estratégias de comunicação e mobilização diferenciadas em suas ações. A partir de tais constatações, considera-se que a relação entre extensão rural, comunicação e mobilização social presente em Santa Cruz da Baixa Verde, vem contribuindo, ainda que de forma incipiente, quando comparada a outras regiões, para uma maior acessibilidade dos agricultores a projetos governamentais e políticas públicas voltadas ao meio rural, proporcionando significativos avanços sociais, econômicos e ambientais para agricultores familiares do município em questão.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Diagnóstico do município de Santa Cruz da Baixa Verde. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Estado de Pernambuco**. Recife, 2005.

CALLOU, A. B. F. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2007.

CAPORAL, F. R. A **redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da PNATER: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2008.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.P.; GROULX, H.L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

DUFFY, B. Análise de evidências documentais. In: BELL, J. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil: Um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Gênese, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006/ Agricultura Familiar: primeiros resultados**. 2006.

_____. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010/ **Dados:** Pernambuco. 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26>. Acesso em: 20 nov. 2010.

IPA. INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. **O retorno da Extensão Rural em Santa Cruz da Baixa Verde**. Relatório Técnico. Santa Cruz da Baixa Verde, 2011.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate. In: TAVARES DE LIMA, J. R. et al. (Org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

THORNTON, R. D. **Los '90 y el novo siglo em los sistemas de extensión rural y transferencia de tecnologia em el Mercosur**. Santa Rosa: Base1, 2006.